



Viagens Modernistas, Patrimônio e Folclore¹

Rafael José dos SANTOS²

Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, RS

RESUMO

A relação entre modernismo, folclore e patrimônio no Brasil pode ser apreendida nos relatos e registros de viagem de Mário de Andrade. Nos anos 1920, o autor publicou uma série de crônicas no Diário Nacional, em uma série denominada “o Turista Aprendiz”. Esta série, juntamente com o diário de viagem do escritor, foi publicada mais tarde em livro com o mesmo título. Além desse material, relativo às suas viagens ao Norte e Nordeste, existem inúmeros registros e impressões sobre as viagens realizadas a Minas Gerais, em companhia de outros modernistas, e a outras localidades, sobretudo do interior paulista, que podem ser encontradas em sua vasta correspondência. Em seus relatos, Mário de Andrade mostra a preocupação em coletar informações sobre danças, músicas e costumes dos lugares visitados, denotando um interesse relacionado a uma concepção de cultura que iria, nos anos 1930, aparecer em seu anteprojeto para a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Este artigo analisa os relatos de viagem do escritor, bem como parte de sua correspondência, apontando para a possibilidade da experiência afetiva do autor ter sido um dos determinantes de sua visão acerca do patrimônio.

PALAVRAS-CHAVE: viagens; modernismo; patrimônio; folclore; Mário de Andrade.

INTRODUÇÃO

Todas essas coisas são encantos, não tem dúvida, porém encantos um bocado egoísticos. Coisa pra viajante visitar e gostar, originalidades que tornam estas cidades exóticas até mesmo pra brasileiros.

Mário de Andrade, dezembro de 1928, sobre Natal, RN (2002, p. 206)

Viagens e patrimônio possuem relações bastante significativas no Brasil, principalmente nas primeiras duas décadas do século XX, quando intelectuais “descobrem” o país – e, em particular, Minas Gerais -, em experiências que seriam decisivas quando estes mesmos intelectuais viriam compor os quadros do Governo Vargas e ocupar lugares no nascente campo do patrimônio. Muitos deles vinculavam-se

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Turismo e Hospitalidade do X Encontro dos Grupos de Pesquisa em comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professor do Centro de Ciências Humanas da Universidade de Caxias do Sul. E-mail: rafaprof@gmail.com.



com maior ou menor intensidade ao modernismo e, dentre eles, a figura de destaque é, sem dúvida, Mário de Andrade.

O intelectual Mário de Andrade é frequentemente lembrado quando se fala dos primeiros tempos do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), principalmente pelo fato do escritor modernista ter sido redator de um anteprojeto para a criação do órgão, a pedido do Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema. A referência ao escritor não se dá apenas pela redação do anteprojeto, finalizada em março de 1936, mas, sobretudo pela concepção ampla e dinâmica de patrimônio que o texto continha e que não foi a que acabou vigorando no Brasil³.

As transformações na concepção de patrimônio que acontecem mundialmente desde, aproximadamente, os anos 1970, e que, por sua vez, relacionam-se a mudanças sociais e culturais mais amplas, têm seu percurso no Brasil, consideradas nossas peculiaridades, e têm um marco importante nas redefinições acerca da cultura e do patrimônio na Constituição de 1988⁴ e nas iniciativas ulteriores.

Neste ponto, Mário de Andrade aparece como um precursor: muito do que hoje está incluído no item “patrimônio imaterial” (em que pese a impropriedade, mesmo que operacional, da expressão), já constituía no final dos anos 1930, para o escritor paulista, um conjunto de manifestações que deveriam estar na pauta de atuação dos órgãos de patrimônio.

Esta concepção andradiana de patrimônio vem, ao que tudo indica, da maneira como o escritor, musicólogo e, a seu modo, etnógrafo, concebia o lugar das manifestações populares, das artes – em sentido amplo -, e mesmo da arquitetura na construção da nação. E boa parte desta visão pode ser encontrada em suas anotações de viagem, bem como em correspondências a amigos como Câmara Cascudo e Augusto Meyer, entre tantos outros com quem Mário mantinha um missivismo compulsivo.

As viagens mais conhecidas de Mário de Andrade são aquelas cujas anotações e registros aparecem no livro “O Turista Aprendiz” (2002): para o norte em 1927, para o nordeste em 1928-1929. Estas experiências renderam ao escritor um material farto, boa parte dele publicado no “Diário Nacional”, órgão do Partido Democrático, representante

³ É importante lembrar que a concepção adotada no país, ou aquilo que podemos chamar de monumentos históricos de “pedra e cal” e bens considerados de valor artístico do ponto de vista das “belas artes”, não era exclusividade do Brasil, mas representava uma concepção de patrimônio hegemônica nos países do Ocidente. O texto do anteprojeto elaborado por Mário pode ser encontrado em ANDRADE (1981) e uma reflexão sobre a proposta em CHAGAS (2009).

⁴ Em particular os artigos 215 e 216. Consultar BRASIL (1988). Há uma grande bibliografia sobre as transformações na política de patrimônio no país. Uma boa síntese pode ser encontrada em OLIVEIRA (2008, p. 114-136).



das frações dissidentes das oligarquias paulistas, além de fornecerem material para sua ficção, sua poesia e seus compêndios e ensaios sobre a cultura. Embora Mário tenha efetuado outras viagens, como as duas decisivas idas a Minas Gerais em 1919 e 1924, além de outras menores, em “O Turista Aprendiz” o olhar do escritor revela-se de maneira singular, um olhar sobre o Brasil marcado tanto pela busca do entendimento do país, como pelo desejo de enunciá-lo, de tornar o Brasil exótico familiar para si mesmo e para os brasileiros.

Abordo inicialmente as viagens de intelectuais a Minas Gerais nos anos 1910 e 1920, para, em seguida, dedicar-me às de Mário ao norte e nordeste, viagens de alguém que decretou sobre si mesmo: “Está provado que não fui feito para viajar” (2002, p. 180).

1. Viagens a Minas Gerais

Nas duas primeiras décadas do século XX uma série de viagens a Minas Gerais, movidas por interesses diferentes, iria contribuir para a consolidação do barroco colonial como paradigma inicial do patrimônio no Brasil, repercutindo diretamente na política do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que seria criado em 1936 e teria em seus quadros principais, inclusive, pessoas que haviam feito a viagem iniciática⁵ às cidades coloniais.

Em 1916, Alceu Amoroso Lima viaja para Ouro Preto, onde ‘descobre’ o Barroco. Em sua viagem, é acompanhado pelo senador Virgílio Mello Franco e pelo neto deste, o jovem Rodrigo de Mello Franco. No mesmo ano, publica na Revista do Brasil o artigo “Pelo passado nacional”, onde conclama:

Somos um povo em infância, somos nós os fazedores do passado, não há dúvida, mas não poderemos levar avante a nossa missão se desprezarmos o que para nós constitui o passado da pátria. A perspectiva das origens é um elemento primordial dos povos em formação; e é pela memória do passado que deve começar a obra da construção nacional [...] Tratemos portanto de guardar as roupagens do nosso berço, para os obreiros do futuro. Ponhamos um freio à fúria demolidora e restauradora. Reabilitemos o nosso passado nacional! (LIMA, 1916, p. 14-15).

A afirmação de Amoroso Lima é significativa, tanto por seu conteúdo, como pelo próprio veículo de publicação: a Revista do Brasil. Lançada naquele mesmo 1916, a Revista era dirigida por Júlio de Mesquita Filho e seus auxiliares n’O Estado de São Paulo. Nas palavras de Miceli (2001, p. 90), a revista “se propunha a suscitar uma

⁵ Wisnik (2007, p. 170) refere-se às experiências de Mário de Andrade e Lúcio Costa em 1924 como “viagens epifânicas”.



tomada de consciência por parte da nova geração de intelectuais e políticos da oligarquia”. Em 1918, o controle da revista é assumido por Monteiro Lobato, tornando-se “o empreendimento editorial de maior prestígio antes de 1930 e [...] um marco na história da hegemonia paulista no campo intelectual” (MICELI, 2001, p. 91). Mais significativo para este trabalho, contudo, é o caráter programático da Revista:

[...] a publicação fora concebida enquanto meio de ação por um grupo que se considerava capaz de colocar o país no rumo certo. Esclarecer, ensinar, arregimentar e ordenar forças, formar opinião, tendo por arma a palavra escrita, eis o projeto ilustrado dessa elite decidida a exercer aquela que acreditava ser sua missão suprema: conduzir. (LUCA, 1999, p. 47).

Vista desta perspectiva, as palavras de Amoroso Lima inserem-se na problemática da construção da nação: “guardar as roupagens de nosso berço” significa, sobretudo, construir um passado comum: e Ouro Preto, assim como outras cidades coloniais mineiras, representavam a “memória do passado”, a matéria prima significativa que mais tarde se estabeleceria como paradigma de patrimônio nacional. E, certamente, as idéias de Amoroso Lima eram compartilhadas pelo seu jovem companheiro Rodrigo. Vínculos estabelecidos, a influência de Alceu seria fundamental na indicação de Gustavo Capanema para o Ministério da Educação e Saúde em 1934 e este, por sua vez, indica Rodrigo de Mello Franco para assumir a presidência do SPHAN, criado em 1936.

Em 1919, Mário de Andrade faz uma viagem a Minas Gerais para conhecer o poeta simbolista Alphonsus de Guimarães em Mariana, visitando também outras cidades coloniais e se encantando com a obra de Aleijadinho. Em 1920 publica, na mesma Revista do Brasil, o artigo “Arte Religiosa no Brasil em Minas Gerais” (ANDRADE, 1981). O trabalho de Aleijadinho, assim como o Barroco, seriam temas de outros escritos de Mário até a véspera de sua morte.

O caminho para a eleição do colonial mineiro como representativo da brasilidade estava em curso. Em 1924, o estudante Lúcio Costa viaja para Diamantina, inicialmente com o propósito de colher elementos para composições neocoloniais. O neocolonial era uma tentativa de reação “à incorporação acrítica dos estilos históricos europeus pelo ecletismo no Brasil, e ao desconhecimento e mesmo desvalorização da tradição construtiva vinda da colônia” (FONSECA, 1997, p. 97). Costa, contudo, depara-se com uma descoberta: “Lá chegando caí em cheio no passado, no seu sentido mais despojado, mais puro: um passado de verdade, que eu ignorava, um passado que era novo em folha para mim” (citado por SANTOS, 2009a). O “passado de verdade” que se revelava nas



edificações mineiras não seria mais fonte de inspiração neocolonial, mas paradigma para o profissional que assumiria, em 1937, a direção da Divisão de Estudos e Tombamentos do SPHAN.

Em fevereiro de 1924, mesmo ano da viagem de Lúcio Costa a Diamantina, o poeta francês Blaise Cendrars, que havia ficado amigo de Paulo Prado em Paris, no ano anterior. Em abril, um grupo formado por Mário de Andrade, Tarsila do Amaral, Oswald de Andrade e seu filho, René Thiollier, Gofredo da Silva Telles, Dona Olívia Guedes Penteadado e Blaise, vai passar a Semana Santa em Minas Gerais, visitando São João d’El Rei, Tiradentes, Mariana, Ouro Preto, Divinópolis, Sabará, Belo Horizonte e Congonhas do Campo (EULÁLIO, 1978). A “viagem da descoberta do Brasil”, como ficou conhecida, teve impacto no grupo modernista, como nota Telê Porto Ancona Lopez em texto introdutório à edição de *O Turista Aprendiz*:

A reflexão dos modernistas, vinda desse contato que se pretendeu direto com uma parcela do povo brasileiro, pôde focalizar os processos de criação popular, percebendo-os mais livres e mais condizentes com nossas condições [...]. A “Viagem da descoberta do Brasil” provoca um amadurecimento no projeto nacionalista de nossos modernistas, fazendo com que a ênfase, que de início recaía com mais força sobre o dado estético, possa ir, progressivamente, abrangendo e sulcando o projeto ideológico (ANDRADE, 2002, p. 16)

Referindo-se de maneira mais ampla às diferentes viagens a Minas Gerais entre os anos 1910 e 1920, Fonseca afirma:

O fato é que não só mineiros, como cariocas, paulistas e outros passaram a identificar em Minas o berço de uma civilização brasileira, tornando-se a proteção dos monumentos históricos e artísticos mineiros – e, por consequência, do resto do país – parte da construção da tradição nacional (FONSECA, 1997, p. 99).

No caso dos modernistas paulistas as implicações dos direcionamentos ulteriores à “viagem de descoberta” (que é, na verdade, o marco datado de uma mudança processual) são bastante complexas. Após o momento da experimentação inspirada no futurismo e em outras tendências do modernismo europeu, a ideologização segue caminhos distintos para Mário e Oswald.



2. Viagem, patrimônio e folclore.

O resto da minha etnografia, que só serve pra gasto cá de casa, é um dos meus muitos jeitos de procurar o Brasil.

Mário de Andrade, em carta a Alceu Amoroso Lima de 6/10/1931 (ANDRADE, 1968, p. 27).

Na segunda metade da década de 1920, Mário de Andrade efetua duas grandes viagens: à região norte em 1927 e ao nordeste entre 1928 e 1929. Seu diário da viagem de 1927 trazia como título: “O turista aprendiz: viagens pelo Amazonas até o Peru, pelo Madeira até a Bolívia e por Marajó até dizer chega” (ANDRADE, 2002, p. 35). O diário da viagem ao nordeste não possuía título, mas entre 14 de dezembro de 1928 e 29 de março de 1929, Mário publica suas crônicas no “Diário Nacional” com o mesmo título do diário de 1927. Em 1943, o escritor prepara um volume para publicação que traz na capa manuscrita o subtítulo “viagem etnográfica” (no singular). O volume “O turista aprendiz”, tal como aparece nas “Obras de Mário de Andrade”, é produto do trabalho de Telê Porto Ancona Lopez, que reuniu material manuscrito, bem como as crônicas do jornal e os registros do diário de viagens do escritor⁶.

A viagem à região norte, em 1927, foi acompanhando Dona Olívia Penteado, a “rainha do café”, sua sobrinha Margarida Guedes Nogueira e a filha de Tarsila do Amaral, Dulce do Amaral Pinto (ANDRADE, 2002, p. 53). Saindo de São Paulo de trem em sete de maio, passa pelo Rio de Janeiro onde, dois dias depois, conhece o jovem Rodrigo Mello Franco de Andrade na casa de Manuel Bandeira em Santa Tereza.

No dia onze, parte de navio do Rio de Janeiro com suas colegas de viagem: passam por Salvador, Maceió, Recife, Fortaleza e Belém. Após “alguns dias na capital do Pará, embarcam em um “vaticano”- versão maior do navio fluvial “gaiola”, bastante comum nos rios amazônicos -, e percorrem toda a região, chegando à Bolívia e Peru.

A segunda viagem começa em 27 de novembro de 1928, também de trem para o Rio de Janeiro, mas desta vez Mário segue sozinho. No dia 3 de dezembro zarpa em direção ao nordeste: Salvador, Maceió, Recife, Natal e Paraíba (depois denominada João Pessoa).

É interessante notar que ambas as viagens têm relação com os vínculos entre Mário de Andrade e as oligarquias paulistas. Sua principal companheira na viagem de

⁶ Consultar os textos explicativos da organizadora na edição de “O turista aprendiz” (2002, p. 15- 46).



1927, Dona Olívia Penteado, é mecenas, organizadora de um dos salões modernistas, encontros frequentes entre os artistas e outras pessoas ligadas ao movimento – segundo Mário, o salão de Dona Olívia era “o maior, o mais verdadeiramente salão” (ANDRADE, 1943, p. 239) ⁷. Mede-se a importância da “rainha do café” quando ela conta a Mário, por ocasião da partida para a viagem de 1927, que o presidente Washington Luiz havia telegrafado aos presidentes dos estados e, inclusive, para o Peru. São muitas as homenagens que os viajantes recebem nos lugares onde passam, fato que vez por outra é anotado por Mário em seu diário, como, por exemplo, no registro datado de 5 de junho:

Recepção oficial, apresentação a setecentas e setenta e sete pessoas, cortejo (como é engraçado a gente ser figura importante em um cortejo oficial) e toca pro palácio Rio Negro, onde imediatamente se dá recepção oficial, pelo presidente em exercício, um número de simpatia (ANDRADE, 2002, p. 79).

A viagem entre 1928-1929 é feita, não exclusivamente, também como correspondente do “Diário Nacional”. Criado em 1927, o jornal era o órgão do Partido Democrático (PD), fundado em 1926 reunindo frações da oligarquia paulista descontentes com o Partido Republicano Paulista. Desde 1924, Mário mantinha-se alinhado com esta dissidência que viria a constituir o PD.⁸

Nas duas grandes viagens revela-se o imenso interesse de Mário sobre o Brasil e as peculiaridades dos lugares e das gentes: não só o folclore, sua preocupação maior, mas também as histórias, os nomes de frutas, de plantas, de lugares. Um aspecto importante é que as observações do escritor não resultaram apenas em crônicas e diários escritos, mas também em partituras e registros fotográficos significativos. Acrescente-se também o material que Mário irá utilizar em sua produção propriamente literária: em relação à Amazônia, por exemplo, é bom lembrar que “Macunaíma” estava em pleno processo de redação e muitos aspectos vistos na viagem seriam utilizados na obra.

A pesquisadora Telê Porto Ancona Lopez, organizadora do volume, tem razão ao destacar “o caráter ficcional e até certo ponto lúdico” dos registros da viagem de

⁷ Paulo Prado, também membro das oligarquias paulistas, também organizava salões em sua residência. Sobre os salões modernistas, consultar ANDRADE (1943, p. 239-241). Ressalte-se que na viagem de 1927 Mário encontra-se com Paulo Prado que estava em visita ao Rio de Janeiro.

⁸ Estes vínculos não são irrelevantes para pensar as relações entre Mário de Andrade e seu interesse pelo patrimônio. O Departamento de Cultura de São Paulo - onde atua entre 1934 e 1938, e a partir de onde organiza a Missão de Pesquisa Folclórica -, era parte de um projeto maior. Nas palavras de Paulo Duarte: “Nós sabíamos que o Departamento era o germe do Instituto Brasileiro de Cultura. Primeiro, um Instituto Paulista, que Armando Salles no governo já nos garantira. [...]. Depois, com Armando Salles na Presidência da república, seria o Instituto Brasileiro [...]” (citado por MICELI, 2001, p. 254).

1927, diferentes daqueles de 1928 e 1929, “quando o conteúdo das crônicas torna-se mais severo, mais informativo ou mais interpretativo, tendo maiores vínculos com a realidade objetiva” (ANDRADE, 2002, p. 35).

É também nesta segunda viagem que alguns registros são reveladores das concepções de Mário sobre aquilo que viria a ser tratado em termos de patrimônio.

2.1 Patrimônios: encantos, delícias.

Em 11 de dezembro de 1928, o escritor viaja de Recife para Igarassu em companhia do Ascenso Ferreira, poeta modernista pernambucano. Ao conhecer a matriz de São Cosme e São Damião, escreve em sua crônica: “A matriz velhíssima, de S. Cosme e S. Damião, vale pouco, é pobrinha, a gente perde tempo nela quase que só por delicadeza. As imagens são antigas porém comuns” (ANDRADE, 2002, p. 198). Nas notas de viagem feitas em seu diário manuscrito, Mário registra em 11/01/1929: “Maravilha de passeio até 13 horas, convento de S. Francisco, matriz de S. Cosme e S. Damião, esta pouco interessante, aquela muitíssimo” (2002, p. 303)⁹. Vale registrar que a Igreja de São Cosme e São Damião de Igarassu, PE, datada de 1530, foi tombada em 1951 pelo IPHAN: o critério de relevância histórica aparece, pelo menos aqui, bem pouco relevante para Mário de Andrade.

Voltando à crônica, Mário expressa seu encanto com o Convento de São Francisco em Igarassu: “A maravilha é mesmo o convento de S. Francisco, principiando pela velha guardiã, mulata gasta e aprendida, falando que nem whisky com água-de-coco” (ANDRADE, 2002, p.198). A mulher lhe pede cinco mil-réis para mostrar a igreja, Mário aceita:

A voz dela canta como ladeira. Aceito os cinco mirreiros, que ela propôs entre risos, pra enganar a timidez, porém decidida. E principia uma visita forte, sem história, porque o vigário graças-a-deus que anda em Itamaracá. Visita muda, quase trágica, entre assombrações de gente antiga, as festas que houve aqui, música religiosa, pensamentos dispersivos...

A “velha guardiã” é parte da maravilha do convento. Este, nas palavras do escritor, não se revela apenas como monumento, mas como lugar insuflado pelas práticas e pelos sentidos: há evocação do passado. Prossegue a descrição:

O claustro é um carinho, a estante e os próprios móveis do coro, com o jacarandá pretejado, são coisas sem preço. Os azulejos da igreja contam em bom estado os milagres de São Francisco. Aliás tenho uma incapacidade vasta de observar o trabalho propriamente artístico no azulejo. O desenho, o caso que ele conta, careço de fazer esforço para observá-lo. O que vejo é mesmo o valor decorativo da

⁹ As notas retiradas do diário manuscrito de Mário de Andrade se encontram no volume de “O turista aprendiz” (2002).

matéria: uma coisa refletidamente festiva, rica sóbria, solene. A gente enxerga mas é o azulejo, o conjunto e isso é um encanto. Está claro que assim, decorando o baixo das paredes, se o azulejo não fosse historiado perdia noventa por cento do poder plástico, porém aqueles cavalos, gentes, castelos, paisagens, passam dum quadro pra outro, movimentam o conjunto numa procissão estourada de festa, golpes de sino dentro da sensação. Azulejo pra mim é isso. Duma pra outra igreja não sei contar qual o artisticamente melhor. (2002, p. 200).

E destaca as pinturas:

Mas a principal riqueza deste convento são as pinturas, das melhores que conheço da Colônia. Aliás, estou notando isso: já ontem na Ordem Terceira de São Francisco, em Recife, as pinturas me entusiasmaram. E agora me entusiasmam as de Igarapé... Os pintores que andaram por aqui eram bons... Com exceção do Velasco e do Teófilo de Jesus baianos, talvez os melhores da Colônia ... (2002, p. 200).

Na crônica publicada, datada de 10/12/1928 não existe referência à Ordem Terceira de São Francisco em Recife, mas em seu diário manuscrito, na mesma data, se lê:

Ordem 3ª de S. Francisco, em reparos bem orientados. A fachada é bem boa o que é raro nas igrejas por aqui. O interior todinho em talha doirada (inferior como trabalho à S. Francisco da Penitência do Rio) azulejos e muitos painéis, é um dos maiores monumentos do Brasil. Um fenômeno importante a notar que diferencia os hispano-americanos e os luso-americanos em arquitetura religiosa é que naquelas a preocupação do monumental está sobretudo no exterior do edifício, ao passo que entre nós é no interior que está. Está claro que considero muito superior, muito mais bela S. Franc. de Assis de S. João del Rei à catedral do México por ex., porém o caso do Aleijadinho é um caso de arte e estou observando um fenômeno de psicologia mística, não de arte. Ordem 3ª como interior é absolutamente notável. Sóbria no barroco, ordenação magnífica de pintura, ouro entalhado e azulejo. As pinturas são excelentes e agora depois de inteligentemente limpas, estão claras, bem visíveis e mesmo plásticas. O entalhe é tímido mas seguro. O interior dos altares é muito bom. O púlpito é um mimo com florão colorido no meio do oiro. O entalhe não tem anjos nem pássaros maravilhosos, nem ocos, nas volutas e folhas. Só nas colunas caneladas que cachos de uvas e folhas fazem ocos tímidos (2002, p. 301-302).

A crônica do dia 12/12/1928 é dedicada à cidade do Recife, seu apogeu econômico e as migrações que acabaram por fazer surgir os mocambos. É novamente nas notas manuscritas que irão aparecer novas observações sobre as igrejas:

[...] visita igreja Conceição dos Militares, excelente no luxo barroco excessivo. O teto em vez de caixotões era todo entalhado com flores, conchas e quadros no meio do excesso de barroquismo. Entalhe com anjos e crianças tamanho natural, alguns até sustentando em vez de colunas, o teto pra galeria superior, aliás próxima do teto. Pinturas como sempre boas.

Igreja do Carmo: magnífica. O entalhe colorido a óleo, cores quentes deliciosas, sobretudo o amarelo. Menos ouro bem realçado. A capela-mor é mesmo magistral. As pinturas como sempre ótimas. As imagens como sempre cá no Recife: comuns.

Os pintores que andaram por aqui eram mesmo bons, se alguns deles eram brasileiros, não tem dúvida que demonstravam maior talento plástico que no resto do país.

Madre de Deus – Continuam as pinturas excelentes. Aqui, na capela-mor e dois painéis decorando as paredes do corpo da igreja, sobre os arcos das capelas laterais, são movimentados, no geral plásticos e de composição extraordinariamente excelente. Os painéis são o que esta igreja possui mesmo de notável. Salientam-se até mesmo dentro do recife. Pelo menos foi a impressão que tive.

Me esqueci de falar que na Conceição dos Militares no teto sob o coro tem um painel interessantíssimo, comemorando a 1ª batalha de Guararapes. É de muito valor e de fim do século XVIII. De certo será fácil saber o autor. Era um primitivo duro, ingênuo, incipiente no espírito e na técnica, porém o painel se move, historiado com vivacidade, com espírito de invenção. É um painel notável mesmo e é inconcebível que não tenha sido reproduzido. (2002, p. 303-304, negritos na edição utilizada).

No dia 30 de janeiro de 1929, terceiro dia na então cidade de Paraíba e após sua estada em Natal, Mário tece suas impressões sobre o convento de S. Francisco:

Do Nordeste à Bahia não existe exterior de igreja mais bonito nem mais original que este. E mesmo creio que é a igreja mais graciosa do Brasil – uma gostosura que nem mesmo as sublimes mineirices do Aleijadinho vencem em graciosidade. Não tem dúvida que as obras do Aleijadinho são de muito maior importância estética, histórica, nacional e mesmo as duas S. Francisco de Ouro Preto e S. João del Rei serão mais belas, porém esta de Paraíba é graça pura, é moça bonita, é periquito, é uma bonina. Sorri (2002, p. 276).

E depois se segue a descrição do interior da igreja: o púlpito, as pinturas, os azulejos “dos mais ricos que já vi, suntuosos”, azulejos que estão também no muro do pátio externo. E finaliza: “Na frente de tudo o cruzeiro é um monólito formidável. Estou assombrado. Paraíba possui um dos monumentos arquitetônicos mais perfeitos do Brasil. Eu não sabia... Poucos sabem ... (2002, p. 278). Nas crônicas de 1 e 2 de fevereiro, ainda sobre a capital paraibana: “Paraíba tem antiguidades arquitetônicas esplêndidas. Algumas como boniteza, outras só como antiguidade. E já falei que o convento de S. Francisco é a coisa mais graciosa da arquitetura brasileira” (2002, p.279).

Não obstante a maior graciosidade, a arte da igreja da Paraíba não suplanta em “importância estética, histórica, nacional” de Aleijadinho e das igrejas mineiras. Esta observação é reveladora na medida em que mostra o quanto Mário encontrava-se impregnado pelo barroco mineiro e, principalmente, como em fins dos anos 1920 este já era consagrado como historicamente relevante para a nação, o que viria a ser consolidado com as políticas do futuro SPHAN.

2.2 Etnografia: “com todos os efes e erres”.

Em seu primeiro dia na cidade de Natal, 15 de dezembro de 1928, onde é acolhido por seu amigo o folclorista Câmara Cascudo, Mário comenta alguns equívocos de registro sobre canções populares que aparecem em seu “Ensaio sobre Música Brasileira”. E desabafa:

Já afirmei que não sou folclorista. O folclore hoje é uma ciência, dizem...Me interesse pela ciência porém não tenho capacidade pra ser cientista. Minha intenção é fornecer documentação pra músico e não, (sic!) passar vinte anos escrevendo três volumes sobre a expressão fisionômica do lagarto... (ANDRADE, 2002, p. 26).

É significativa a afirmação de Mário sobre o folclorismo, justo quando goza da hospitalidade de Câmara Cascudo, com quem se correspondia desde 1924. Por outro lado, nota-se a auto-exigência em relação à precisão nos registros. Um dos equívocos a que o escritor se refere, na mesma anotação do dia 15 de dezembro, é em relação à cantiga “Prenda Minha”:

A moda “Prenda Minha”, está completamente errada como ritmo, me afirmou alguém que a conhecia¹⁰...grafei certo, como escutei, porém, a pessoa que a cantou pra mim é que deformava o ritmo (2002, p. 206).

Em uma carta a Augusto Meyer, datada de 22/06/1929, Mário retoma o assunto:

A respeito de “Prenda Minha”, essa safadinha de cantiga inda me deixa de cabelos brancos. Citei-a com música no *Ensaio*, saiu errada a música. E torno a citar no *Compêndio* e inda sai errado o texto. A culpa foi de quem me deu que era meio aluada e duma leviandade exemplar, a Germânia¹¹ (ANDRADE, 1968, p.73)

A mesma preocupação com o rigor iria estar presente, anos mais tarde, em sua atuação no Departamento de Cultura, quando preparava a Missão de Pesquisas Folclóricas. Conforme Toni (1985, p. 26):

Entre os documentos da *Missão*, que foram zelosamente preservados por Oneyda [Alvarenga], há várias indicações da presença de Mário na elaboração do roteiro, na escolha da equipe, na fixação dos métodos de colheita. [...]. O autor de *Danças Dramáticas*, estudioso experimentado, tratou de fornecer a Luis Saia, técnico da *Missão*, instruções precisas sobre como e o que pesquisar.

Essa postura situava Mário de Andrade de modo peculiar: nem etnógrafo acadêmico, nem folclorista com pretensões científicas, mas sempre buscando a maior

¹⁰ Em carta a Augusto Meyer, Mário conta que a observação sobre o erro veio de Julieta Teles de Meneses (1968, p. 74).

¹¹ Germana Bittencourt, cantora brasileira falecida em 1931.



exatidão possível. Em abril de 1929, em carta a Augusto Meyer, Mário planeja uma viagem ao Rio Grande do Sul e conta sobre sua estada no nordeste:

O bom seria que vocês me arrumassem por aí jeito de escutar bastante música popular. Imagine que trouxe nada menos que 666 melodias populares do Nordeste, todas colhidas por mim com todos os efes e erres. Pretendo fazer com elas um livro que pela documentação ajuntada por mim é de formidável interesse nacional” (ANDRADE, 1968, P. 70).

Como missivista compulsivo, Mário solicitava aos amigos informações sobre manifestações da cultura popular de suas regiões, como na carta de 20/05/1928 para o próprio Meyer: “Por favor, tendo ocasião, não esqueça de arranjar toadas e melodias de qualquer gênero gaúchas pra mim” (ANDRADE, 1968, p. 57).

Voltando às viagens, em 6/06/1927, em Manaus, Mário registra:

Acariguara é um pau curiosíssimo, diz-que mais resistente que ferro, todo aberto em furos alongados.

Banheiro: movimento agitado das águas, quando o navio passa e deixa a esteira violando a mansidão do rio. Mas que calor! mais quente que Belém.

Festa da Moça-Nova, rito de puberdade entre os ticunas. Um mês antes fecham a púbere numa casa, depois a embriagam inteiramente com xaiçuma, a rapariguinha está rolando no chão. Os homens com máscaras de animais dançando em torno. As mulheres da tribo chegam e principiam depilando a moça-nova, até ficar completamente pelada. Nem um fio escapa. E é o corpo todo. [...] (2002, p. 80).

Na mesma anotação, Mário registra ainda: “**Chula** – por aqui chama de ‘chula’ uma cantiga, em geral cômica e de andamento quase rápido, um ‘allegro’ cômodo”, e transcreve duas estrofes (2002, p. 80).

No dia 12/06/1927, quando adentram em um porto-de-lenha:

Atrás, na lagoa, ficava o vilarejo Caiçara, onde tinha festa. Fomos lá e encontramos o bailado da “Ciranda”, que vi quase inteiro, registrei duas músicas numa caixa de cigarro, e tomei umas notas como pude, tinha esquecido o livro de notas (2002, p. 90).¹²

Na viagem seguinte, quando de sua estada em Natal, Mário vai assistir um ensaio de Chegança no bairro de Rocas e escreve em 18/12/1928:

E fico maravilhado. Está claro que não se trata duma obra-de-arte perfeita como técnica, porém desde muito já que percebi o ridículo e a vacuidade da perfeição. Postas em foco inda mais, pela monotonia e vulgaridade do conjunto, surgem coisas dum valor sublime que me comovem até à exaltação.

Todas essas danças-dramáticas inda permanecidas tão vivas na parte norte e nordeste do país, andam muito misturadas, umas trazem elementos de outras, influências novas penetram nelas; junto duma lição camoniana brota um brasileiro danado, contando fatos de agora, tão impossíveis que a Turquia chega a conhecer a força do “braço brasileiro” na presença do imperador Guilherme II (2002, p. 210).

¹² Segue-se depois a descrição do folguedo: “A ciranda – (notas tal qual tomadas)”. Em 8/12/1927 Mário publica a crônica “a Ciranda” no “Diário Nacional”.



E prossegue na descrição da dança. O dado mais interessante, contudo, vem do próprio acompanhante de Mário, Luis da Câmara Cascudo (1979), que informa em seu “Dicionário do Folclore Brasileiro”:

A chegada é relativamente recente no Rio Grande do Norte. Sua primeira representação se realizou no teatro Carlos Gomes, Natal, na noite de 18 de dezembro de 1926 e foi posteriormente encenada no bairro das Rocas. Sua popularidade data de 1926. Do teatro passou á rua. Jamais possuiu a tradicionalidade do fandango e do bumba-meu-boi (1979, p. 218).

Considerando a informação de Câmara Cascudo, Mário de Andrade teria registrado a segunda apresentação de Chegança a acontecer no Rio Grande do Norte, quando ela acabara de passar “do teatro para a rua”.

Um último exemplo, que começa com a anotação de 15/12/1928:

Me deito depois deste primeiro dia de Natal. Estou que nem posso dormir de felicidade. Me estiro na cama e o vento vem, bate em mim cantando feito coqueiro. Por aqui chama de “coqueiro” o cantador de “cocos”. Não se trata do vegetal, não, se trata do homem mais cantador desse mundo: nordestino (2002, p. 204).

Quatro dias depois, Mário de Andrade relata sua experiência com dois “coqueiros”:

Ora está me parecendo que os coqueiros nordestinos usam também entoar com número de vibrações que afastam o som emitido dos 12 sons da escala geral. O quarto-de-tom de que a música erudita não se utilizou na civilização européia, esse estou mesmo convencido que os nordestinos dão. Já topei com eles três feitas nesta viagem, entoado pela preta Maria Joana, cantadeira famanada de Olinda, e por um catimbozeiro natalense. Mas pra decidir mesmo no caso de que trato carecia de aparelhos especiais que não tenho aqui. Não é cantar desafinado não. Cantam positivamente “fora de tom” e este fora de tom está sistematizado neles e é de todos. Se fixo uma tonalidade aproximada no piano e incito os meus dois coqueiros, cantando com eles, se...amansam, caem no ré bemol maior, por exemplo. Se paro de cantar, voltam gradativamente pro “fora de tom” em que estavam antes. E é um encanto. (2002, p. 213-214).

Considerações finais

Os registros etnográficos de Mário passavam longe da objetividade, assim como suas anotações sobre monumentos, edificações, pinturas, azulejos. Há evocações e lirismo em suas observações. As qualificações são reveladores: o claustro que é um “carinho”, a igreja “menina bonita” que “sorri”, o “encanto” dos coqueiros.

A impressão é a de que o escritor vivia a experiência, fosse do lugar ou da música, da dança, sem prejuízo de registros, descrições, valendo-se, contudo, até mesmo



de juízos valorativos bastante reveladores, como no caso da Igreja de São Cosme e São Damião.

Talvez, seja essa *dimensão de experiência* do folclore e do patrimônio, que tenha sido um dos fatores determinantes nas idéias que Mário de Andrade iria materializar em seu famoso anteprojeto, aliada, é claro, à sua militância pela brasilidade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mário de. **O Turista aprendiz**. Belo Horizonte, MG: Itatiaia, 2002.

ANDRADE, Mário. **Aspectos da literatura brasileira**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1943.

ANDRADE, Mário de. **Cartas de trabalho** – Correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade (1936-1945). Brasília: SPAHN; Fundação Pró-Memória, 1981.

ANDRADE, Mário de. **Cartas de Mário de Andrade a Luis da Câmara Cascudo**. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Itatiaia, 2000.

ANDRADE, Mário. **Mário de Andrade escreve** – cartas a Alceu, Meyer e outros. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1968.

BRAGA, Vanuza Moreira. Ouro Preto e as políticas de preservação no Brasil. Trabalho apresentado na I Jornada Discente do Programa de Pós-Graduação em História, política e bens culturais do CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, dezembro de 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Contém as emendas constitucionais posteriores. Brasília, DF: Senado, 1988.

CÂMARA CASCUDO, Luis da. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 4ª ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1979.

CAVALCANTI, Lauro (Org.). **Modernistas na repartição**. Rio de Janeiro: UFRJ: Tempo Brasileiro: Paço Imperial, 1993.

CHAGAS, Mário. O pai de *Macunaíma* e o patrimônio espiritual. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 97-111.

EULÁLIO, Alexandre. **A Aventura brasileira de Blaise Cendrars**. São Paulo: Quíron; Brasília: INL, 1978.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

LIMA, Alceu Amoroso. Pelo passado nacional. **Revista do Brasil**. n.11, setembro de 1916. p.14-15.

LUCA, Tânia de. **A Revista do Brasil**: um diagnóstico para a (N) ação. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.



MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

NATAL, Caio Meneguello. Mário de Andrade em Minas Gerais: em busca das origens históricas e artísticas da nação. **História Social**. Campinas, SP, n. 13, p. 193-207, 2007.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é patrimônio**: um guia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

SANTOS, Cecília Rodrigues dos. Lucio Costa: problema mal posto, problema repostado. *Arquitextos*, ano 10, dezembro de 2009. Disponível em www.vitruvius.com.br/revistas. (2009a).

TONI, F. C. **A Missão de Pesquisas Folclóricas do Departamento de Cultura**. 1. ed. São Paulo: Centro Cultural São Paulo, 1985. v. 1.

WISNIK, Guilherme. Plástica e anonimato: modernidade e tradição em Lúcio Costa e Mário de Andrade. **Novos estudos CEBRAP**, n. 79, novembro de 2007, p. 169-193.